

por Joé Sestello\*

A Saúde Suplementar fechou o mês de maio de 2025 com 52.593.934 milhões de beneficiários, com uma taxa de cobertura de 25,9% no território nacional, segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Houve crescimento de 1.137.467 beneficiários nos planos médico-hospitalares, em relação a maio de 2024. Já no comparativo de maio de 2025 com abril de 2025, houve um aumento de 287.235 usuários.

Segundo a ANS, esse é mais um novo recorde em relação ao número total de planos ativos no país. Números do Censo IBGE e da ANS mostram uma taxa de crescimento constante de 12% na ampliação do número de planos entre 2010 e 2022, enquanto o aumento populacional foi de 6,5% nesse período. Desde a pandemia de covid-19, houve uma aceleração na busca pela garantia e qualidade da assistência à saúde e o plano de saúde se tornou um dos itens mais cobiçados, além de ser o benefício mais desejado pelos brasileiros na busca por empregos.

Na prática são 52,6 milhões de brasileiros que não dependem do Sistema Único de Saúde (SUS), mesmo com a garantia dada pela Constituição de 1988. O segmento ajuda a desafogar a rede pública de saúde e permite que o governo possa acumular recursos e energia a serem aplicados na assistência à população de menor renda. Ou seja, tem um papel relevante no incremento da economia do país.

Os planos de saúde realizaram 1,93 bilhão de procedimentos – entre consultas, exames, terapias, cirurgias e procedimentos odontológicos – em 2024, conforme levantamento da ANS. Podemos imaginar quantos empregos diretos e indiretos são gerados, além do montante em impostos arrecadados.

O investimento no setor também chama a atenção. No primeiro trimestre de 2025, a receita da Saúde Suplementar foi em torno de R\$ 92,9 bilhões para atender 52,2 milhões de beneficiários. O Ministério da Saúde por sua vez deve direcionar em 2025 recursos na ordem de R\$ 246 bilhões para atender mais de 190 milhões de brasileiros. Com base nesses números, é possível verificar que, aproximadamente, R\$ 1.779,69/ano foram destinados por beneficiário na saúde privada, enquanto o Governo Federal investiu para cada cidadão na saúde pública o montante de R\$ 1.294,00/ano. A pandemia trouxe para toda a sociedade a necessidade de se refletir sobre o funcionamento, as demandas e as dificuldades de acesso ao SUS. Mas é preciso também pensar a urgência da população e do próprio Governo olhar a Saúde Suplementar como um aliado. É cada vez mais inequívoca a necessidade de a saúde pública e privada trabalhem em parceria, de maneira complementar e coordenada.

Mesmo com o seu papel estratégico, constata-se ainda a carência de políticas de incentivo por parte do governo federal, estados e municípios com a meta de criar condições favoráveis para que um número mais expressivo de pessoas possa ser absorvido pelo mercado privado. Mesmo com desafios, a estrutura de assistência da saúde privada possui uma enorme relevância no sistema de saúde brasileiro e para a economia.

Nota-se que o dispêndio vai muito além da saúde, afetando de forma significativa a economia. Pesquisa da Harvard Business Review aponta que 40% de queda na performance nas empresas é decorrente dos afastamentos frequentes. Além de prejudicar a rotina e os prazos internos, o absenteísmo gera custos diretos e indiretos: a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima em até 4,5% a perda da folha de pagamento anual das empresas. O custo médio de substituição de um colaborador afastado por mais de 15 dias pode chegar a R\$ 4.800, considerando produtividade perdida, substituição e encargos (Fonte IPEA). De acordo com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), em 2023 o Brasil perdeu o equivalente a R\$ 340 milhões de dias de trabalho por afastamentos médicos.

É preciso pensar em formas de se fortalecer e aprimorar o atendimento por parte da saúde privada,

bem como de se pensar em formas de integrações de dados, informações e de pessoas entre os dois sistemas. O avanço da tecnologia possibilita que isso possa ser feito e torne os atendimentos em ambos os sistemas ainda mais ágil e eficiente. Já há iniciativas como a da criação da Rede Nacional de Dados em Saúde, que visa estabelecer a infraestrutura nacional para o compartilhamento seguro e padronizado de dados de saúde. Ainda estamos longe disso, mas é preciso pensar em aprimorar cada vez mais esse sistema.

Para isso, é preciso que haja uma discussão ampla sobre o assunto, envolvendo o Congresso Nacional, órgãos públicos e privados, agentes e instituições de saúde, médicos, academias, entidades do setor e operadoras de planos de saúde, considerando a importância do SUS e do sistema de saúde privada. Construir novos caminhos para o segmento será salutar, essencialmente, para a população brasileira que paga, de alguma forma, essa pesada conta.

**\*Joé Sestello** é Diretor Presidente da Unimed Nova Iguaçu

(06.08.2025)